

A. I. N° - 924935-4/03
AUTUADO - DILUBRA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E MÁQUINAS LTDA.
AUTUANTES - LAUDIONOR BRASIL P. SAMPAIO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 19.09.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0360-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA COM DOCUMENTAÇÃO FISCAL INIDÔNEA. EMITENTE DA NOTA FISCAL COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Na situação em análise, ficou demonstrado que não seria possível, ao autuado, tomar conhecimento da irregularidade cadastral do remetente das mercadorias, uma vez que o Edital de Cancelamento foi publicado no mesmo dia da emissão da Nota Fiscal objeto da autuação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 06/06/03, para exigir o ICMS no valor de R\$4.752,00, acrescido da multa de 100%, em decorrência da realização de operação de saída de mercadoria tributada acobertada por documento fiscal inidôneo.

O autuado apresentou defesa (fls. 9 a 11), inicialmente relatando que o autuante compareceu ao seu estabelecimento e lavrou o presente Auto de Infração, tendo em vista que a empresa vendedora das mercadorias (Codipetros – Distribuidora de Petróleo Ltda.) encontrava-se inativa na data de emissão da Nota Fiscal nº 001516. Alega, entretanto, que a situação em análise não se enquadra no artigo 142, inciso I, do RICMS/97, haja vista que vinha efetuando aquisições de combustíveis à referida empresa todos os meses, com intervalo de 15 dias, em média, consoante os documentos fiscais que acostou às fls. 12 a 22. Acrescenta que, na única oportunidade em que a vendedora estava inativa, “confiando na palavra do representante, deixou de certificar-se pelo meio costumeiro”, mas argumenta que não tinha nenhum interesse nem motivo para “expor-se facilitando um ato ilícito da distribuidora com quem transacionara”.

Finaliza dizendo que o correto seria a imposição de penalidade à empresa responsável pela ilegalidade do ato e pede a improcedência deste lançamento.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 27 e 28) inicialmente ressalta que a defesa é intempestiva, uma vez que o contribuinte tomou ciência do Auto de Infração em 06/06/03 e somente protocolou a peça impugnatória no dia 07/07/03.

No mérito, diz que a Nota Fiscal nº 001516 foi emitida em 03/06/03, no mesmo dia da publicação do Edital de Cancelamento da inscrição estadual do remetente das mercadorias e a situação de cancelada somente constou nos dados cadastrais do vendedor no dia 04/06/03.

Assim, aduz que, “embora o autuado, como empresa destinatária, esteja obrigada a verificar a regularidade da remetente nos termos do parágrafo único do artigo 191 do RICMS/BA aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, sob pena de ser responsabilizada solidariamente pelo pagamento do imposto e dos acréscimos devidos, não é razoável exigir-se que a empresa destinatária tivesse

conhecimento da irregularidade cadastral da empresa no mesmo dia da publicação do edital ou que pudesse prever a inserção dos dados do cancelamento, no sistema de informações da SEFAZ, que somente ocorreria no dia seguinte”.

Por fim, entendendo que não houve infração, nos termos dos artigos 127, § 2º e 153, do RPAF/99, opina pela improcedência do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência da realização de operação de saída de mercadoria tributada acobertada por documento fiscal inidôneo.

Preliminarmente, devo ressaltar que a defesa apresentada pelo autuado em 07/07/03, ao contrário do afirmado pela auditora que prestou a informação fiscal, é tempestiva. Considerando que ele foi cientificado do Auto de Infração no dia 06/06/03 (uma sexta-feira), o prazo legal de trinta dias somente passou a correr a partir do dia 09/06/03 (segunda-feira), findando-se, portanto, em 08/07/03.

No mérito, pela análise dos documentos acostados aos autos, constata-se que foi autuado o destinatário das mercadorias constantes na Nota Fiscal nº 001516, tendo em vista que o remetente (Codipetros – Distribuidora de Petróleo Ltda.) encontrava-se com a sua inscrição cancelada no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.

Segundo o parágrafo único do artigo 191 do RICMS/97, “o contribuinte é responsável pela verificação, via *INTERNET* ou nos terminais de auto atendimento da Secretaria da Fazenda, da regularidade cadastral do contribuinte que com ele promover transação comercial”.

Ocorre que, como bem salientado na informação fiscal, a Nota Fiscal nº 001516 foi emitida em 03/06/03, no mesmo dia da publicação do Edital de Cancelamento da inscrição estadual do remetente das mercadorias (Edital nº 12/2003) e a situação de cancelado somente constou nos dados cadastrais da SEFAZ/BA no dia 04/06/03.

Sendo assim, não obstante o disposto no parágrafo único do artigo 191 do RICMS/97, concordo com a auditora fiscal quando argumenta que “não é razoável exigir-se que a empresa destinatária tivesse conhecimento da irregularidade cadastral da empresa no mesmo dia da publicação do edital ou que pudesse prever a inserção dos dados do cancelamento, no sistema de informações da SEFAZ, que somente ocorreria no dia seguinte”.

Pelos motivos acima relatados, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 924935-4/03, lavrado contra **DILUBRA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E MÁQUINAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA